

Município de Mercedes

Estado do Paraná

PÁG.	ASS.
383	

PARECER JURÍDICO CONCLUSIVO PREGÃO ELETRÔNICO

PROCESSO LICITATÓRIO N.º 93/2026

PREGÃO ELETRÔNICO N.º 44/2026

Interessado: Secretaria de Esporte, Lazer e Turismo.

Assunto: Parecer conclusivo em procedimento licitatório realizado na modalidade "pregão", forma "eletrônica", destinado a "aquisição, baseada na política pública denominada "Compra Mercedes", de embarcações modelo semi-chata, fabricadas em alumínio, barcos modelo bicudo de alumínio, motores elétricos e carretas rodoviárias específicas para transporte de barcos, destinadas à utilização como premiação oficial do Torneio Internacional de Pesca à Corvina e ao Tucunaré – Edição 2026, promovido pelo Município de Mercedes/PR".

I. RELATÓRIO.

Trata-se de procedimento licitatório realizado na modalidade "pregão", forma "eletrônica", pelo critério menor preço, para a "aquisição, baseada na política pública denominada "Compra Mercedes", de embarcações modelo semi-chata, fabricadas em alumínio, barcos modelo bicudo de alumínio, motores elétricos e carretas rodoviárias específicas para transporte de barcos, destinadas à utilização como premiação oficial do Torneio Internacional de Pesca à Corvina e ao Tucunaré – Edição 2026, promovido pelo Município de Mercedes/PR", sendo utilizada a plataforma COMPRASGOV - Portal de Compras do Governo Federal.

A fase preparatória do pregão desenvolveu-se de acordo com o que preconiza a legislação, com satisfatório atendimento ao disposto no art. 18 da Lei Federal n.º 14.133/2021, bem como, do art. 3º do Decreto Municipal n.º 031/2023, conforme já reconhecido pelo parecer jurídico inicial.

A fase externa do procedimento, iniciada com a convocação dos interessados via Edital, também atendeu a contento os ditames legais, eis que houve a observância ao disposto no art. 54 da Lei Federal n.º 14.133/2021 e no art. 8º do Decreto Municipal n.º 033/2023.

Destaca-se, apenas, que por força do Decreto Municipal n.º 175/2023, o Município de Mercedes optou por não adotar o Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), de sorte que todas as publicações que deveriam ser efetuadas no aludido meio foram, e deverão ser realizadas no Diário Oficial Eletrônico do Município de Mercedes, admitida a divulgação na forma de extrato, conforme preconiza o art. 176, parágrafo único, I e II, da Lei Federal n.º 14.133/2021, e o art. 2º do referido Decreto Municipal n.º 175/2023.

O prazo mínimo de 8 (oito) dias úteis para apresentação de proposta e lances, previsto no art. 55, I, "a", da Lei Federal n.º 14.133/2021 foi devidamente observado,

Rua Dr. Oswaldo Cruz, 555 – Fone (45)3256-8000 – CEP 85998-100 – Mercedes – PR

e-mail: licitacao@mercedes.pr.gov.br – CNPJ 95.719.373/0001-23

www.mercedes.pr.gov.br

Página | 1



eis que a última publicação do aviso de licitação se deu na data de 05/05/2026 (doc. de fl. 241), tendo a sessão de abertura e julgamento de propostas ocorrido na data de 19/05/2026.

Na segunda etapa, depois de publicado o Edital, credenciaram-se a participar do certame as empresas retratadas no "Relatório de Declarações" constante das fls. 317-318. As licitantes participantes efetuaram o enquadramento como microempresa ou empresa de pequeno porte, de modo a usufruir dos benefícios da Lei Complementar n.º 123/2006 e alterações.

Os termos de julgamento (fls. 319-327), expedidos pelo(a) Pregoeiro(a) e equipe de apoio, responsável pela avaliação das propostas de preços e dos documentos de habilitação, nos termos da legislação vigente, registram os acontecimentos da sessão pública realizada no dia 19/05/2026, às 08:00:01h, atestando o hígido cumprimento dos trâmites legais: foram recebidas as propostas e os documentos de habilitação exclusivamente por meio do sistema (plataforma COMPRASGOV - Portal de Compras do Governo Federal), por meio de certificado digital conferido pela Infraestrutura de Chaves Públicas – ICP – Brasil, e dentro do prazo (data e horário) estabelecido no edital. Exigiu-se também que as empresas apresentassem declaração, em campo próprio do sistema, quanto ao cumprimento dos requisitos de habilitação.

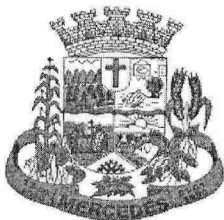
Coube ao(à) Pregoeiro(a) avaliar a conformidade das propostas com as exigências do edital.

Em seguida, o(a) Pregoeiro(a) realizou a fase de lances através da plataforma empregada, efetuando, ainda, negociação individual, nos termos do art. 61 da Lei Federal n.º 14.133/2021.

Logo após a etapa de negociação acima, o(a) Pregoeiro(a) realizou nova verificação da proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e compatibilidade do preço em relação ao valor máximo estipulado no edital.

Passou-se, então, à verificação dos documentos de habilitação, cuja tarefa, nos termos do art. 8º da Lei n.º 14.133/2021 e do art. 2º, IX, do Decreto Municipal n.º 032/2023, incumbe ao(à) Pregoeiro(a), tendo se verificado a desclassificação de diversas propostas, consoante os motivos expostos nos termos de julgamento (fls. 319-327).

Aberta a palavra quanto à intenção de interposição de recursos, houve o registro de manifestação por parte da licitante EVOLUTION SHOP SOLUCOES COMERCIAIS LTDA, quanto aos itens 1, 3 e 4. Consoante despacho de fl. 328, entretanto, não houve a apresentação das respectivas razões recursais, o que tornou prejudicada a análise dos recursos, face o não conhecimento dos motivos dos inconformismos e seus objetos.



Estado do Paraná

Na sequência, foram declaradas vencedoras as empresas abaixo, com os preços que seguem (unitários):

Item 1

R\$ 16.997,00 - TROPICAL BOATS COMERCIO DE PECAS LTDA

Item 2

R\$ 9.450,00 - PETRY & WOHLEMBERG LTDA

Item 3

R\$ 16.799,00 - TROPICAL BOATS COMERCIO DE PECAS LTDA

Item 4

R\$ 1.350,00 - DEMIANA COMERCIO DE VESTUARIO LTDA

Consoante se denota da análise do preço máximo admitido em Edital (item 1.1 do Anexo I, Termo de Referência), os valores obtidos no certame não extrapolam o limite estabelecido.

Concluídas tais fases, os autos foram remetidos a este Procurador Jurídico para emissão de parecer conclusivo, ocasião em que, conforme manifestação constante das fls. 329-337, opinou pela declaração da nulidade dos atos de desclassificação das propostas apresentadas pelas licitantes VALSIDI COMERCIO E CONFECÇÕES LTDA (CNPJ n.º 84.871.623/0001-20), relativamente aos Itens 01 e 03, e 32.059.970 ROSANGELA SIRLEI DE MELO (CNPJ n.º 32.059.970/0001-59), relativamente aos Itens 01, 02 e 03, bem como, pela invalidação da declaração de vencedor dos itens 1 e 3 (TROPICAL BOATS COMERCIO DE PECAS LTDA), uma vez que o menor lance foi ofertado, originariamente, pela licitante VALSIDI COMERCIO E CONFECÇÕES LTDA.

O Chefe do Poder Executivo, em decisão constante das fls. 338-344, acatou o parecer jurídico exarado, declarando a nulidade dos atos de desclassificação das propostas apresentadas pelas licitantes VALSIDI COMERCIO E CONFECÇÕES LTDA (CNPJ n.º 84.871.623/0001-20), relativamente aos Itens 01 e 03, e 32.059.970 ROSANGELA SIRLEI DE MELO (CNPJ n.º 32.059.970/0001-59), relativamente aos Itens 01, 02 e 03, bem como, a invalidação da declaração de vencedor dos itens 1 e 3 (TROPICAL BOATS COMERCIO DE PECAS LTDA), uma vez que o menor lance foi ofertado, originariamente, pela licitante VALSIDI COMERCIO E CONFECÇÕES LTDA.

Fora determinado, ainda, a retomada da sessão do certame, nos termos e com as cautelas de praxe (prévia convocação dos licitantes), para saneamento das irregularidades verificadas, devendo ser analisada a habilitação da licitante VALSIDI COMERCIO E CONFECÇÕES LTDA (relativamente aos itens 01 e 03).



PAG.	ASS.
386	

Município de Mercedes

Estado do Paraná

Referidas providências foram cumpridas pelo(a) Pregoeiro(a), conforme se denota da análise dos Termos de Julgamento de fls. 377-381. Ainda, conforme consta dos documentos, a licitante VALSIDI COMERCIO E CONFECÇÕES LTDA foi declarada habilitada.

Aberta a palavra quanto à intenção de interposição de recursos quanto a segunda sessão, não se verificou houve o registro de manifestação por parte de qualquer licitante.

Na sequência, foram declaradas vencedoras as empresas abaixo, com os preços que seguem (unitários):

Item 1

R\$ 13.990,00 - VALSIDI COMERCIO E CONFECÇÕES LTDA

Item 2

R\$ 9.450,00 - PETRY & WOHLBERG LTDA

Item 3

R\$ 13.500,00 - VALSIDI COMERCIO E CONFECÇÕES LTDA

Item 4

R\$ 1.350,00 - DEMIANA COMERCIO DE VESTUÁRIO LTDA

Consoante se denota da análise do preço máximo admitido em Edital (item 1.1 do Anexo I, Termo de Referência), os valores obtidos no certame não extrapolam o limite estabelecido.

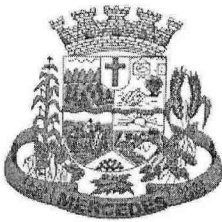
Concluídas tais fases, os autos foram remetidos a este Procurador Jurídico para emissão de parecer conclusivo.

É, em síntese, o relatório.

II. ANÁLISE E FUNDAMENTAÇÃO JURÍDICA.

De início, destaco que não cabe ao parecerista jurídico imiscuir-se nas atividades de competência do(a) Pregoeiro(a) e da equipe de apoio. Assim, pontos como a avaliação dos preços e os atos inerentes a condução do certame, se não evidenciarem a prática de erro grosseiro, não serão analisados. De igual modo, não compete ao parecerista jurídico fazer as vezes de gestor público, de maneira que as razões de conveniência e oportunidade que deram ensejo a deflagração do presente procedimento, se não sugerirem a prática de ato ímprobo, também não serão objeto de exame.





Estado do Paraná

Cabe ao profissional do Direito, nas oportunidades em que fala nos autos, avaliar a adequação da modalidade de licitação escolhida e seu critério de julgamento; dar suporte teórico ao agente de contratação/pregoeiro/comissão de licitação; zelar pela observância aos princípios administrativos; garantir a adequação jurídico-formal do procedimento, dentre outros atos correlatos.

Veja-se que a adequação da modalidade de licitação escolhida, bem como as regras atinentes a fase preparatória e às exigências de conteúdo do edital (art. 53, § 1º, da Lei n.º 14.133/2021), foram devidamente verificadas por ocasião do parecer inicial.

No mais, o procedimento em exame atendeu aos postulados dos princípios jurídicos que regem as compras públicas, sendo que o princípio da publicidade restou atendido na medida em que o instrumento convocatório foi amplamente divulgado, oferecendo a todos oportunidade de participação no certame. De igual modo, foi obedecido o princípio da legalidade na medida em que o processo caminhou com estrita observância aos limites impostos pela norma. No mesmo sentido, constata-se a efetiva atenção aos princípios da impessoalidade e da igualdade, uma vez que não há nos autos indícios de direcionamento ou afastamento do interesse público. Ao mesmo tempo, vê-se que os princípios da moralidade e da probidade administrativa também foram satisfeitos, já que o objeto do certame e as razões de sua realização condizem com a moral e os bons costumes, refletindo a postura proba da Administração. Por fim, foram igualmente prestigiados os princípios do julgamento objetivo e da vinculação ao instrumento convocatório, uma vez que o julgamento das propostas oferecidas foi feito de acordo com as estipulações do Edital, cujas regras também foram seguidas nos demais atos realizados no procedimento.

Conforme já adiantado no relatório, o desenvolvimento do processo licitatório, em sua etapa externa, deu-se em conformidade com as normas de regência.

Outras regras relacionadas à etapa externa encontram-se nos Decretos municipais regulamentadores da Lei n.º 14.133/2021, sendo que a análise do processo aponta também o cumprimento dos demais preceitos da legislação aplicável ao caso concreto, sendo verificado que:

- a) A convocação dos interessados foi realizada pelos meios regulares, havendo a publicação do aviso de licitação no Diário Oficial Eletrônico do Município de Mercedes, edição n.º 4469, de 04/05/2026 (fl. 240); e no jornal O Paraná, edição n.º 14.846, de 05/05/2026 (fl. 241);
- b) Foi respeitado o prazo mínimo de 8 (oito) dias úteis entre a publicação dos avisos e a sessão de recebimento das propostas e documentos de habilitação, eis que, no caso, a sessão ocorreu em 19/05/2026, cumprindo, portanto, o prazo da alínea "a" do inciso I do art. 55 da Lei Federal n.º 14.133/2021 (critério de julgamento de menor preço na aquisição de bens);



Município de Mercedes

Estado do Paraná

- c) por força do Decreto Municipal n.º 175/2023, o Município de Mercedes optou por não adotar o Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), de sorte que todas as publicações que deveriam ser efetuadas no aludido meio foram, e deverão ser realizadas no Diário Oficial Eletrônico do Município de Mercedes, admitida a divulgação na forma de extrato, conforme preconiza o art. 176, parágrafo único, I e II, da Lei Federal n.º 14.133/2021, e o art. 2º do referido Decreto Municipal n.º 175/2023.

Em relação aos documentos apresentados pelas empresas, anoto que sua análise compete ao(à) Pregoeiro(a), nos termos do art. 8º da Lei n.º 14.133/2021 e do art. 2º, IX, do Decreto Municipal n.º 032/2023.

Importante consignar que a ausência de recursos interpostos em face das deliberações do(a) Pregoeiro(a) fez operar, em face dos licitantes, o fenômeno da preclusão.

As intercorrências verificadas em sede de primeira sessão do certame, capazes de macular o procedimento, foram devidamente sanadas, conforme exposto no tópico anterior.

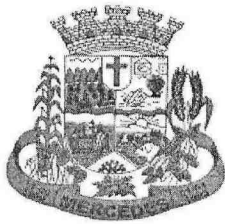
Recomenda-se que, previamente à celebração dos contratos, seja verificado se existe registro de sanção aplicada a(s) empresa(s) vencedora(s), por meio de consulta em sites especializados, especialmente no TCE-PR (Mural de Impedido de Licitar - Instrução Normativa n.º 156/2020, do TCE-PR), o Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS e o Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP (Art. 91, § 4º, da Lei Federal n.º 14.133/2023), tendo em vista que a existência de penalidade pode ensejar o impedimento da contratação.

Feitas tais ponderações, entendo que o procedimento está apto para ser homologado, emitindo-se, na sequência, os instrumentos de contrato, a fim de possibilitar a aquisição do objeto no momento oportuno.

Celebrados os instrumentos de contrato, deverá ser observado o prazo para publicação dos mesmos, que é de 20 (vinte) dias úteis nos termos do art. 94, I, da Lei n.º 14.133, de 2021.

III. CONCLUSÃO.

Diante do exposto, não havendo nos autos evidências de ocorrência de erros grosseiros ou de atos ímprobos e tendo o processo corrido de maneira hígida, não persistindo irregularidade na tramitação do processo em sua etapa externa, não



Município de Mercedes

PÁG.	ASS.
389	

Estado do Paraná

vislumbro óbice jurídico à homologação do resultado do certame e oportuna contratação.

É o parecer, passível de ser censurado por outro entendimento que, devidamente fundamentado, comprove melhor resguardo aos interesses do Município.

Mercedes – PR, 28 de maio de 2026

Geovani Pereira de Mello
PROCURADOR JURÍDICO
OAB/PR 52531